

Secretaria Geral Parlamentar Secretaria de Documentação Equipe de Documentação do Legislativo

PARECER Nº 932/2017 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA PROPONDO A REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 0574/16.

Trata-se de Projeto de Lei, de iniciativa do Sr. Prefeito, que cria no Quadro do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais de Educação - QPE, de cargos de Supervisor Escolar, da carreira do Magistério Municipal.

O projeto recebeu parecer pela legalidade da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa; e parecer favorável das Comissões de Administração Pública, de Educação, Cultura e Esportes e de Finanças e Orçamento.

Tendo em vista a aprovação do projeto e da Emenda nº 1 (fl. 52), na 30ª Sessão Extraordinária, em 07/06/17, foi o projeto encaminhado a esta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa para a elaboração do parecer propondo a sua redação final, com fundamento no art. 259, do Regimento Interno.

Feitas as modificações necessárias à incorporação ao texto das alterações aprovadas, segue abaixo o texto com a redação final ao projeto:

PROJETO DE LEI Nº 574/2016

Dispõe sobre a criação, no Quadro do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais de Educação - QPE, de cargos de Supervisor Escolar, da carreira do Magistério Municipal.

- Art. 1º Ficam criados, no Quadro do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais de Educação QPE, 96 (noventa e seis) cargos de Supervisor Escolar, da carreira do Magistério, Classe dos Gestores Educacionais.
- Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo 1º desta lei, fica alterada para 432 (quatrocentos e trinta e dois) a quantidade de cargos constante do Anexo I, Tabela "B" Cargos de Provimento Efetivo do Quadro do Magistério Municipal Classe dos' Gestores Educacionais, e do Anexo III Enquadramento de Cargos de Provimento Efetivo do Quadro do Magistério Municipal Cargos da Classe dos Gestores Educacionais Situação Nova Cargo de Supervisor Escolar, ambos da Lei n 14.660, de 26 de dezembro de 2007.
- Art. 3° Fica alterada a redação do art. 11, "caput" e $\S1^{\circ}$, da Lei n° 14.669, de 14 de janeiro de 2008:
- "Art. 11. O Superintendente será nomeado, em comissão, pelo Prefeito, dentre profissionais Médicos ou graduados em Administração Hospitalar ou Administração de Serviços de Saúde ou Administração em Saúde Pública.
- § 1º. O indicado deverá apresentar memorial do qual constem informações curriculares, relacionando todas as empresas das quais tenha participado, com comprovação de experiência mínima de 10 anos na área de gestão de serviços de saúde e/ou hospitais." (NR)
- Art. 4° As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações, orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
 - Art. 5° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, em 02/08/2017.

Mario Covas Neto - PSDB - Presidente

Caio Miranda Carneiro - PSB

Claudinho de Souza - PSDB

Janaína Lima - NOVO

José Police Neto - PSD - relator

Reis - PT

Rinaldi Digilio - PRB

Sandra Tadeu - DEM

Zé Turin - PHS

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 08/08/2017, p. 91

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site $\underline{\text{www.camara.sp.gov.br}}.$